

SUMÁRIO

Doutrina

Alexandre Macedo Tavares e Gabriel de Araujo Sandri - A não incidência da contribuição sindical patronal aos não empregadores

1 - Introito. 2 - Da natureza tributária da contribuição sindical. 3 - Princípio da tipicidade cerrada da tributação. 4 - Do aspecto material da hipótese de incidência da contribuição em foco. 5 - Da possibilidade de repetir o indébito. 6 - Considerações finais.

9

Bruno Oliveira Cardoso - Significado e alcance da Resolução do Senado Federal nº 13/2012 em relação às mercadorias e bens submetidos a processo de industrialização após o desembaraço aduaneiro

Introdução. 1. Da competência legislativa dos estados-membros em matéria de ICMS - ino-cuidade da Resolução do Senado Federal nº 13/2012. 2. Sistemática de incidência do ICMS nas operações de importação de mercadorias com posterior comercialização - sujeição ativa e passiva - imutabilidade em face do teor da Resolução do Senado Federal nº 13/2012. 3. Importação de mercadorias e bens do exterior, submetidos à operação subsequente de industrialização - exceção à incidência das normas da Resolução nº 13. 4. Regulamentação dos conceitos insertos no parágrafo 1º do artigo 1º da RSF nº 13/2012 - competência dos estados-membros. 5. Conclusão.

19

Caio Augusto Takano e Ramon Tomazela Santos - O "Foreign Account Tax Compliance Act" (Fatca) e seus impactos no ordenamento jurídico brasileiro: reflexões a partir das perspectivas da eficiência, da praticabilidade e da proporcionalidade

1. Considerações iniciais. 2. O problema da evasão fiscal internacional. 3. Aspectos gerais do "Foreign Account Tax Compliance Act" (Fatca). 4. O Facta sob a perspectiva da eficiência e da praticabilidade. 5. O Fatca e os limites gerais à instituição de deveres instrumentais tributários. 6. Conclusão.

31

Eduardo Domingos Bottallo - Notas e reflexões em torno da sempre controvertida teoria da desconsideração da pessoa jurídica

48

Giancarlo Matarazzo e Rodrigo Martone - A possibilidade de creditamento do PIS e da Cofins pela sistemática não cumulativa sobre a aquisição de direitos autorais

I. Introdução. II. A definição de livro constante da Lei nº 10.753/2003. III. O direito ao aproveitamento de créditos de PIS e de Cofins. IV. Posição que vem sendo adotada pela jurisprudência. V. Conclusão.

53

Guilherme de Almeida Henriques, Alexandra Carolina Vieira Miranda e Marcelo Hugo de Oliveira Campos - O tratamento tributário dos consórcios no ordenamento jurídico brasileiro

1. Introdução. 2. Natureza jurídica dos consórcios. 3. O tratamento tributário dos consórcios. 4. Conclusões.

63

Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins e Soraya David Monteiro Locatelli - Empréstimos contratados de empresas localizadas em paraíso fiscal em fase pré-operacional ou inicial - não caracterização de hipótese de omissão de receita. Impossibilidade material

I - Introdução. II - Legalidade da contratação de empréstimos internacionais. III - Impossibilidade de omissão de receita em fase inicial. IV - Do desfazimento de negócio jurídico

de compra e venda de pessoa jurídica pautado em contingência fiscal inexistente. V - Conclusão.

76

Jefferson Marcos Biagini Medina - Inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz. Efeitos jurídicos para os signatários e consumidor final não contribuinte de ICMS

Introdução. 1. Fenômeno da positivação no ordenamento jurídico. 2. Operações lógico-semânticas de derivação. 3. Concepção semiótica de texto e contexto. 4. O Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz vs. consumidor final não contribuinte de ICMS. 5. Inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz e ADI 4.628. 6. Declaração de inconstitucionalidade em ADI - modulação de efeitos. 7. Distinção entre relação jurídica tributária do ICMS, relação jurídica tributária de direito ao crédito de ICMS e relação jurídica de débito da Fazenda Pública. 8. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz para os estados signatários. 9. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade do Protocolo ICMS 21/2011 do Confaz para o consumidor final não contribuinte de ICMS. Conclusão.

92

Jorge Luiz de Brito Junior - Multas previdenciárias introduzidas pela Lei 11.941/2009: erros comuns na metodologia de cálculo que vem sendo empregada pelos agentes fiscais da RFB na aplicação da penalidade mais benigna

I. Introdução. II. Do histórico legislativo. III. Da impossibilidade de cumular multas de mora e por descumprimento de obrigação acessória. IV. Da impossibilidade de fazer retroagir, em prejuízo ao contribuinte, as portarias interministeriais MPS/MF. V. Da incorreção da metodologia empregada pela fiscalização para calcular a multa por descumprimento de obrigação acessória, por importar em violação aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. VI. Conclusões.

106

Omar Augusto Leite Melo - Base de cálculo do ITBI sobre as transmissões decorrentes de integralização do capital social

Apresentação. I. A base de cálculo do ITBI deve ser o valor *real* da transação imobiliário-societária. 2. Impossibilidade de impor uma base de cálculo "mínima" do ITBI, de acordo com o valor venal do IPTU. Conclusões.

115

Paulo Roberto Andrade - ISS e a locação de bens móveis conjugada com serviços: a necessidade de correta qualificação jurídica dos fatos

1. Primeira situação: prestação de serviços com emprego de equipamentos. 2. Segunda situação: locação de equipamento com obrigação do locador de mantê-lo em condições de uso. 3. Terceira situação: locação de equipamento sem obrigação do locador de mantê-lo em condições de uso. 4. Quarta situação: locação de equipamentos com prestação de serviço simultânea e autônoma. 5. Resumo. 6. Jurisprudência.

125

Pedro Augusto do Amaral Abujamra Asseis - Os métodos PCI e Pecex: análise do critério "arm's length" à luz do princípio da praticabilidade

Introdução. 1. O critério "arm's length" na legislação brasileira de preços de transferência. 2. O princípio da praticabilidade. 3. As alterações promovidas pela Lei 12.715/2012 e os métodos PCI e Pecex. 4. O critério "arm's length" e os métodos PCI e Pecex à luz do princípio da praticabilidade. Conclusão.

132

Pedro Guilherme Modenese Casquet e Natália Affonso Pereira - A contribuição previdenciária substitutiva: novas reflexões sobre os seus aspectos controvertidos

I - À guisa de introdução. II - Enquadramento de empresas por setor econômico ou por NCM dos seus produtos. III - Enquadramento de empresas por força do seu CNAE da atividade preponderante. IV - Exportação de mercadorias e a proporcionalização das receitas para fins de conclusão quanto ao enquadramento da empresa na contribuição previ-

denciária substitutiva. V - Contribuição previdenciária sobre receita bruta para empresas em fase pré-operacional. VI - Contribuição previdenciária substitutiva sobre a condenação judicial no âmbito do processo do trabalho. VI - Conclusão.

145

Rafael Augusto Silva Domingues - Do cabimento da cautelar fiscal na hipótese de crédito tributário com a exigibilidade suspensa - crítica à atual jurisprudência do STJ

156

Sacha Calmon Navarro Coêlho, André Mendes Moreira e Marcos Correia Pi-queira Maia - ICMS/ST - responsabilidade do substituto em razão de decisão judicial obtida pelo substituído

1. Introdução. 2. Dos aspectos fundamentais do regime de substituição tributária: repasse imediato e integral do ônus fiscal. 3. Dos efeitos inerentes à execução de medida antecipatória pelo autor da lide. 4. Da extensão da responsabilidade do substituto tributário quanto ao ICMS/ST. 5. Conclusões.

169